

JURISPRUDÊNCIA CONSOLIDADA
Súmulas, Orientações Jurisprudenciais e Precedentes
Normativos dos Tribunais Superiores e do Tribunal
Regional do Trabalho da 2ª Região

SUMÁRIO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

- Índice alfabético-remissivo das Súmulas e Precedentes Normativos Seção A
- Súmulas Seção B
- Orientações Jurisprudenciais da Seção de Dissídios Coletivos Seção BA
- Precedentes Normativos..... Seção C

TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

- Quadros sinóticos das Súmulas, Orientações Jurisprudenciais e Precedentes Normativos Seção D
- Índice alfabético remissivo das Súmulas, Orientações Jurisprudenciais e Precedentes Normativos Seção E
- Súmulas Seção F
- Orientações Jurisprudenciais do Tribunal Pleno Seção G
- Orientações Jurisprudenciais da Seção de Dissídios Coletivos Seção H
- Orientações Jurisprudenciais da Seção de Dissídios Individuais – Subseção I Seção I
- Orientações Jurisprudenciais Transitórias da Seção de Dissídios Individuais – Subseção I Seção J
- Orientações Jurisprudenciais da Seção de Dissídios Individuais – Subseção II Seção L
- Precedentes Normativos..... Seção M

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

- Índice alfabético-remissivo - Súmulas Vinculantes..... Seção MA
- Súmulas Vinculantes Seção MB
- Índice alfabético-remissivo..... Seção N
- Súmulas Seção O

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

- Índice alfabético-remissivo..... Seção P
- Súmulas Seção Q

ATENÇÃO. EDIÇÃO ATUALIZÁVEL. NÃO DESCARTE

ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO – 28 DE AGOSTO DE 2014

- reparação de dano ou furto de veículo, **130**

Estabilidade

- militares, **346**

Estelionato

- absorção do falso, **17**
- cheque sem provisão de fundos, **244**
- entidade autárquica da Previdência Social como vítima, **24**
- falsificação, **107, 48**
- utilização de papel moeda falsificado, **73**

Execução

- competência do Juiz de Direito em matéria trabalhista, **10**
- contra instituição financeira. Penhora, **328**
- de cotas condominiais, **478**
- de penas impostas a sentenciados, **192, 471**
- de título extrajudicial. definitiva, **317**
- fiscal, **190, 414, 139, 153, 393, 189, 121, 128, 251, 58, 409, 314, 66, 314, 515**
- fraude, **375**
- fundada em mais de um título extrajudicial, **27**
- hipotecária de crédito do SFH. Avisos de cobrança, **199**
- por carta, **46**
- por título extrajudicial contra a Fazenda Pública, **279**
- revelia. Nomeação de curador especial, **196**
- ordem de nomeação de bens. Dinheiro, **417**

Ex officio

- declaração de incompetência relativa, **33**
- extinção da ação. Pequeno valor, **452**
- recurso, **253, 45**
- reexame da condenação suportada pela Fazenda Pública, **325**

Exportação de café, **49**

Exportador

- direito de transferência de crédito do ICMS, **129**

F

Falência

- ação. Prazo para interposição de recurso, **25**
- notificação do protesto, **361**
- pagamento em juízo, **29**
- pedido de, **248**
- restituição, **307, 36**

Falso

- exaurido no estelionato, **17**

Fazenda Pública

- antecipação de numerário para custeio de despesas na execução fiscal, **190**
- Certidão de dívida ativa (CDA), **392**

- devedora nas relações jurídicas de trato sucessivo. Prescrição, **85**
- execução por título extrajudicial, **279**
- honorário advocatícios, **345**
- honorários periciais. Depósito prévio, **232**
- prazo em dobro, **116**
- preparo, **483**
- reexame necessário, **45, 325, 490**
- substituição de bem penhorado, **406**

Férias

- não gozadas por necessidade de serviço, **125**
- proporcionais. Imposto de renda, **386**

FGTS

- ação de cobrança das contribuições. Prescrição, **210**
- aplicação Código Tributário Nacional, **353**
- correção monetária, **249, 459**
- correção. Planos econômicos, **252**
- expugos inflacionários, **445**
- falecimento do titular da conta. levantamento, **161**
- feitos relativos à movimentação. Competência, **82**
- fornecimento dos extratos, **514**
- optante. Direito à taxa progressiva de juros, **154**
- saque. Ausência de prévia aprovação em concurso público, **466**

Fiador, 214, 268**Fiança, 81, 332****Finsocial, 94****Foro competente**

- ação de investigação de paternidade cumulada com a de alimentos, **1**
- ação de usucapião especial, **11**
- crime, **151, 244**

Furto. Qualificado, 442, 511**G****Garantia constitucional, 9****GATT. País signatário. Importação de mercadorias, 20, 71****H*****Habeas data, 2***

498 - Não incide imposto de renda sobre a indenização por danos morais. (DJEletrônico 13/08/2012)

499 - As empresas prestadoras de serviços estão sujeitas às contribuições ao Sesc e Senac, salvo se integradas noutro serviço social. (DJEletrônico 18/03/2013)

500 - A configuração do crime do art. 244-B do ECA independe da prova da efetiva corrupção do menor, por se tratar de delito formal. (DJEletrônico 28/10/2013)

501 - É cabível a aplicação retroativa da Lei nº 11.343/2006, desde que o resultado da incidência das suas disposições, na íntegra, seja mais favorável ao réu do que o advindo da aplicação da Lei nº 6.368/1976, sendo vedada a combinação de leis. (DJEletrônico 28/10/2013)

502 - Presentes a materialidade e a autoria, afigura-se típica, em relação ao crime previsto no art. 184, § 2º, do CP, a conduta de expor à venda CDs e DVDs “piratas”. (DJEletrônico 28/10/2013)

503 - O prazo para ajuizamento de ação monitória em face do emitente de cheque sem força executiva é quinquenal, a contar do dia seguinte à data de emissão estampada na cártula. (DJEletrônico 10/02/2014)

504 - O prazo para ajuizamento de ação monitória em face do emitente de nota promissória sem força executiva é quinquenal, a contar do dia seguinte a o vencimento do título. (DJEletrônico 10/02/2014)

505 - A competência para processar e julgar as demandas que têm por objeto obrigações decorrentes dos contratos de planos de previdência privada firmados com a Fundação Rede Ferroviária de Seguridade Social – REFER é da Justiça estadual. (DJEletrônico 10/02/2014)

506 - A Anatel não é parte legítima nas demandas entre a concessionária e o usuário de telefonia decorrentes de relação contratual. (DJEletrônico 31/03/2014)

507 - A acumulação de auxílio-acidente com aposentadoria pressupõe que a lesão incapacitante e a aposentadoria sejam anteriores a 11/11/1997, observado o critério do art. 23 da Lei nº 8.213/1991 para

definição do momento da lesão nos casos de doença profissional ou do trabalho. (DJEletrônico 31/03/2014)

508 - A isenção da Cofins concedida pelo art. 6º, II, da LC nº 70/1991 às sociedades civis de prestação de serviços profissionais foi revogada pelo art. 56 da Lei nº 9.430/1996. (DJEletrônico 31/03/2014)

509 - É lícito ao comerciante de boa-fé aproveitar os créditos de ICMS decorrentes de nota fiscal posteriormente declarada inidônea, quando demonstrada a veracidade da compra e venda. (DJEletrônico 31/03/2014)

510 - A liberação de veículo retido apenas por transporte irregular de passageiros não está condicionada ao pagamento de multas e despesas. (DJEletrônico 31/03/2014)

511 - É possível o reconhecimento do privilégio previsto no § 2º do art. 155 do CP nos casos de crime de furto qualificado, se estiverem presentes a primariedade do agente, o pequeno valor da coisa e a qualificadora for de ordem objetiva. (DJEletrônico 16/06/2014)

512 - A aplicação da causa de diminuição de pena prevista no art. 33, § 4º, da Lei nº 11.343/2006 não afasta a hediondez do crime de tráfico de drogas. (DJEletrônico 16/06/2014)

513 - A *abolitio criminis* temporária prevista na Lei nº 10.826/2003 aplica-se ao crime de posse de arma de fogo de uso permitido com numeração, marca ou qualquer outro sinal de identificação raspado, suprimido ou adulterado, praticado somente até 23/10/2005. (DJEletrônico 16/06/2014)

514 - A CEF é responsável pelo fornecimento dos extratos das contas individualizadas vinculadas ao FGTS dos Trabalhadores participantes do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, inclusive para fins de exibição em juízo, independentemente do período em discussão. (DJEletrônico 18/08/2014)

515 - A reunião de execuções fiscais contra o mesmo devedor constitui faculdade do Juiz. (DJEletrônico 18/08/2014)